



Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Agricultura e  
Mar  
Deputado Vasco Cunha

<b>ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA</b>	
Divisão de Apoio às Comissões	
<b>CAM</b>	
N.º Único	<u>412078</u>
Entrada/Saida n.º	<u>141</u> Data <u>8/11/2011</u>

**Requerimento**

**Assunto: Audição da Presidente da Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome, Dra. Isabel Jonet.**

Nas últimas semanas, várias têm sido as notícias vindas a público sobre os cortes previstos para o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carentiados para os anos de 2012 e 2013.

O Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carentiados, criado em 1987, permitiu que, até esta data, os Estados-Membros utilizassem os excedentes alimentares da Política Agrícola Comum para promover a ajuda alimentar a carentiados.

Dá-se, no entanto, a circunstância de os excedentes disponíveis terem vindo a reduzir-se substancialmente, sendo, actualmente, necessário recorrer ao mercado para fazer face às necessidades alimentares dos mais carentiados, que se estimam em cerca de 18 milhões de cidadãos e cidadãs na Europa.

É com este fundamento que o Programa de Ajuda Alimentar está em risco de ver as suas disponibilidades financeiras substancialmente reduzidas em 2012, uma vez que, do ponto de vista jurídico, se considera que devem ser apenas mobilizadas verbas para recorrer aos excedentes alimentares recolhidos através dos mecanismos de intervenção previstos pela Política Agrícola Comum, decisão que tem por base um Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 13 de Abril de 2012. Em 2012, o orçamento poderá ser reduzido de 500 para 113 milhões de euros (caso a decisão tomada no último Conselho Europeu de Ministros da Agricultura e confirmada na aprovação do Orçamento Europeu para 2012 não seja alterada), montante que a Comissão entende ser suficiente para recorrer aos excedentes alimentares.

Em 2013, a situação pode agravar-se ainda mais, dado que, por não se prever a existência de excedentes, não se poderá dar continuidade ao Programa de Ajuda Alimentar, informação recentemente confirmada pelo Comissário Europeu da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Dacian Cioloș.

Ora, Portugal é um dos países que sairá mais afectado desta decisão, vendo o seu montante ser reduzido em cerca de 36 milhões de euros, passando dos actuais 40 para cerca de 4 milhões, o que colocará em situação de colapso, as centenas de instituições que prestam apoio alimentar a mais de 400 mil portugueses.

Importará, pois, que a Comissão de Agricultura e Mar afira os reais impactos das medidas agora previstas, nomeadamente junto da Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome, a qual muito contribui para animar uma rede de solidariedade que disponibiliza apoio alimentar aos portugueses que se encontram em risco de pobreza.

**Face ao exposto, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Comissão de Agricultura e Mar vêm requerer uma audição da Dra. Isabel Jonet, Presidente da Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome.**

Palácio de São Bento, 8 de Novembro de 2011

Os Deputados do Partido Socialista,

Acácio Pinto  
Fernando Jesus  
Isabel Santos  
Jorge Fão  
Manuel Seabra  
Miguel Freitas  
Renato Sampaio  
Rosa Maria Albernaz